



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO**

## **CONTAS DO ORDENADOR DE DESPESAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

### **ANEXO III**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020**

### **CÓD. RELUCI**

### **TABELA 1**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE  
INTERNO**

**RELATÓRIO**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno de Vila Pavão/ES

**Entidade:** Prefeitura Municipal de Vila Pavão/ES

**Gestor responsável:** UELIKSON BOONE

**Gestor responsável pelo envio:** JOÃO TRANCOSO

**Exercício:** 2024

**1. INTRODUÇÃO**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

**2. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADOTADOS PELA UNIDADE CENTRAL DO CONTROLE INTERNO.**

Por meio do Sistema da E&L, foi realizada análise de consistência no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais.

<b>1. Itens de abordagem prioritária</b>
<b>1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2.	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Processos de Licitação
<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Relatórios do Sistema da E&L
1.2.2.	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Relatórios do Sistema da E&L
1.2.3.	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Balancetes de Variações Patrimoniais
1.2.4.	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Relatórios do Sistema da E&L



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

		Lei 8.212/1991 Lei Local			
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procedimento Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Inventário Anual de Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Demonstrativo Analítico das Entradas de Bens Móveis
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Termo de Verificação das disponibilidades e Extratos de Aplicações Financeiras
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Extratos de Aplicações Financeiras
<b>1.4. Limites Constitucionais e Legais</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procedimento Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
<b>1.5. Demais Atos de Gestão</b>					



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.5.1.	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentado da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Sim
1.5.2.	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Sim
<b>2. Itens de abordagem complementar</b>					
<b>2.2.Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária</b>					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.2.10.	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Lei Municipal nº 1.525/2023 (LOA)
2.2.18.	Realização de investimentos plurianuais	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram iniciados investimentos cujas execuções ultrapassem um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Lei Municipal nº 1.330/2021 (PPA)
2.2.24.	Escrituração e consolidação das contas públicas	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Balancetes Contábeis
2.2.28.	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Relatórios do Sistema da E&L
2.2.30.	Despesa – realização de despesas –	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei	Auditoria Governamental	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas,	Não houve pagamento sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	irregularidades	4.320/1964, art. 4º	de conformidade	irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	empenho
2.2.32.	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não houve pagamento sem empenho
<b>2.5.Gestão Previdenciária</b>					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.5.1.	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Balanco Financeiro
2.5.37.	Registro de Admissões Vigente até 31/12/2023	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Ficha Funcional
<b>2.6.Demais atos de gestão</b>					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.3.	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei Municipal 268/2000 e alterações
2.6.4.	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Folha de Pagamento
2.6.6.	Dispensa e inexistência de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Processos Licitatórios



### 3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Não foram constatadas irregularidades no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas de auditoria na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análise de conformidade, constantes na Tabela Referencial 1 do Anexo III da INSTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020, somente os pontos que estão elencados na tabela foram selecionados pela auditoria interna.

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta Unidade Central de Controle Interno no ano de 2024.

### 4. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

#### 4.1. Aspectos Orçamentários

Apresentamos abaixo, informações referentes aos resultados alcançados, no exercício de 2024, das contas da Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES, sob o enfoque da análise da situação orçamentária, financeira e patrimonial, com base nas demonstrações contábeis da Administração direta.

##### 4.1.2. Execução Orçamentária

O orçamento aprovado para o exercício de 2024, através da Lei nº 1525/2023, estimou a receita em R\$ 44.033.189,38 (Quarenta e Quatro Milhões, trinta e três Mil, Cento e Oitenta e Nove Reais e Trinta e Oito centavos) e fixou a despesa para a unidade gestora a Prefeitura Municipal em R\$ 35.373.313,09 (Trinta e Cinco Milhões, Trezentos e Setenta e Três Mil, Trezentos e Treze Reais e Nove Centavos).

##### 4.1.3. Receita Orçamentária

Especificação	Previsão	Arrecadação	Variação
- Receitas Correntes (I)	43.114.851,85	53.279.638,69	+ 10.164.786,84
- Impostos, taxas e Cont. melhoria	1.311.339,55	2.843.149,58	+ 1.531.810,03
-Receita contribuições	684.419,58	922.664,74	+ 238.245,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- Receita Patrimonial	414.081,76	1.715.125,19	+ 1.301.043,43
- Receita de Serviços	-----	-----	-----
- Transferências Correntes	40.597.296,18	47.768.257,61	+ 7.170.961,43
- Outras Receitas Correntes	107.714,78	30.441,57	- 77.273,21
- Receitas de Capital (II)	918.337,53	11.262.433,91	+ 10.344.096,38
- Operações de Crédito	110.476,69	212.829,00	+ 102.352,31
- Alienação de bens	75.952,74	683.500,00	+ 607.547,26
- Transf. De Capital	731.908,10	10.366.104,91	+ 9.634.196,81
<b>- TOTAL</b>	<b>44.033.189,38</b>	<b>64.542.072,60</b>	<b>+ 20.508.883,22</b>

As receitas correntes arrecadadas superaram em 24% à previsão e as receitas de capital superaram em 1.126% à previsão.

**4.1.4. Despesa Orçamentária**

A lei orçamentária anual nº 1.525/2023 previu uma receita de R\$ 44.033.189,38 (Quarenta e Quatro Milhões, Trinta e Três Mil, Cento e Oitenta e Nove Reais e Trinta e Oito Centavos) e fixou uma despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal para o exercício de 2024 de R\$ 35.373.313,09 (Trinta e Cinco Milhões, Trezentos e Setenta e Três Mil, Trezentos e Treze Reais e Vinte e Nove Centavos).

No decorrer do exercício houve atualização dos valores através de autorização legislativa, utilizando as seguintes fontes de recursos:

- Anulação Parcial de Dotação (Própria UG)	R\$ 21.992.768,41
- Anulação Parcial de Dotação (Outra UG)	R\$ -----
- Excesso de Arrecadação	R\$ 6.705.659,80
- Convênios	R\$ 3.858.285,55
- Superávit Financeiro	R\$ 15.509.127,71
- Operação de Crédito (Banestes)	R\$ 68.546,13
- SOMA	R\$ 48.137.387,60

A receita arrecada no exercício totalizou R\$ 64.542.072,60 (Sessenta e Quatro Milhões, Quinhentos e Quarenta e Dois mil, Setenta e Dois centavos e Sessenta Centavos), distribuídos nas seguintes rubricas:

<b>- Receitas Correntes</b>		
- Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$	2.843.149,58
- Receita de Contribuições	R\$	922.664,74
- Receita patrimonial	R\$	1.715.125,19
- Receita de Serviços	R\$	-----
- Transferências Correntes	R\$	47.768.257,61
- Outras Receitas correntes	R\$	30.441,57
- Sub-Total	R\$	53.279.638,69





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

<b>- Receitas de Capital</b>		
- Operação de Crédito	R\$	212.829,00
- Alienação de Bens Móveis	R\$	683.500,00
- Transferência de Capital	R\$	10.366.104,91
- Sub-Total	R\$	11.262.433,91
- TOTAL	R\$	64.542.072,60

A despesa orçamentária contabilizada no exercício de 2024 foi de R\$ 51.223.128,13 (Cinquenta e Um Milhões, Duzentos e Vinte e Três Mil, Cento e Vinte e oito Reais e Treze Centavos), assim distribuídas:

<b>- Despesas correntes</b>	<b>R\$</b>	<b>40.354.719,89</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	R\$	17.002.785,72
- Juros e Encargos	R\$	39.491,13
- Outras Despesas Correntes	R\$	23.312.443,04
<b>- Despesas de Capital</b>	<b>R\$</b>	<b>10.868.408,24</b>
- Investimentos	R\$	10.644.224,42
- Amortização	R\$	224.183,82
- TOTAL	R\$	51.223.128,13

No final do exercício de 2024 ficou registrado na conta restos a pagar processados o valor de R\$ 181.225,98 (Cento e Oitenta e Um Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais e Noventa e Oito Centavos).

**4.1.5. Montante dos Gastos com Publicidade dos Órgãos e Entidades da Administração**

**Pública**

No exercício de 2024 o município gastou R\$ 61.240,85 (Sessenta e Um Mil, Duzentos e Quarenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos) com despesas de publicidades oficial, tendo pago os seguintes fornecedores:

- Departamento de Imprensa Oficial	R\$	47.730,89
- Imprensa Nacional	R\$	1.420,98
- Eloah Publicidade	R\$	950,30
- B. Pessin Comunicação	R\$	11.138,68

**Resultado da Execução Orçamentária**

<b>Especificação</b>	<b>Previsão Atualizada</b>	<b>Execução</b>	<b>Diferença</b>
- Receitas	44.033.189,38	64.542.072,60	+ 20.508.883,22
- Despesas	35.373.313,09	51.223.128,13	+ 15.849.815,04



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- Superávit (Receita – despesa)		13.318.944,47	
---------------------------------	--	---------------	--

**Despesas**

- Fixada	R\$	35.373.313,09
- Atualizada	R\$	60.840.921,12
- Empenhada	R\$	51.223.121,13
- Saldo de dotação	R\$	9.617.792,99
- Liquidada	R\$	51.210.086,77
- Empenhada a liquidar	R\$	13.041,36
- Paga	R\$	51.033.119,86
- Liquidada a Pagar	R\$	176.966,91
- Empenhada a Pagar	R\$	190.008,27

**Houve um superávit orçamentário no exercício de 2024 de R\$ 13.318.944,47 (Treze Milhões, Trezentos e Dezoito Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Quarenta e Sete Centavos)**

**4.2 – Análise Financeira**

- Saldo do exercício anterior			R\$	23.801.445,66
- (+) Ingressos no Exercício				
- Orçamentária	R\$	64.542.072,60	R\$	
- Extra-Orçamentária	R\$	5.473.912,92	R\$	
- Transf. Recebidas	R\$	<u>535.080,83</u>	R\$	70.551.066,35
- (-) Dispendios				
- Orçamentário	R\$	51.223.128,13		
- Extra-Orçamentário	R\$	6.710.228,63		
- Transf. Concedidas	R\$	<u>8.947.270,86</u>	R\$	66.880.627,62
- Saldo p/ exercício seguinte			R\$	27.471.884,39

**4.2.1 - Dívida Flutuante**

- Saldo do Exercício Anterior	R\$	2.218.304,44
- (+) Insc. Restos a pagar processados	R\$	53.062.527,28
- (+) Insc. Restos a pagar não processados	R\$	13.041,36
- (+) Depósitos/Consignações	R\$	5.093.181,09
- (-) Baixa Restos a Pagar Processados	R\$	54.457.660,57
- (-) Baixa restos a pagar não processados	R\$	16.008,76
- (-) Cancelamento restos a pagar	R\$	170.096,62



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- (-) Cancelamento depósito/Consignações	R\$	-----
- (-) Pagamentos depósitos/consignações	R\$	4.930.527,55
- (=) Saldo p/ exercício seguinte	R\$	812.760,67

**4.2.2 – Interferências Ativas e Passiva**

**Prefeitura**

Passiva		
Transferência para Câmara	R\$	2.282.341,90
Transferência para o Fundo de Saúde	R\$	6.664.928,96
Total	R\$	8.947.270,86

**Câmara e Fundo Municipal de Saúde**

Ativa		
Transferência para Prefeitura (Câmara)	R\$	535.080,83
Transferência para Prefeitura (Fundo Mun. Saúde)	R\$	-----
Total	R\$	535.080,83

**4.2.3 – Análise Patrimonial**

- Ativo Circulante	28.916.957,23	- Passivo Circulante	1.907.806,26
- Ativo não Circulante	57.913.551,73	- Passivo não Circulante	898.911,18
- Saldo Patrimonial			84.023.791,52

**4.2.4 - Apuração de Patrimônio Financeiro**

- Ativo Financeiro	R\$	27.529.593,44
- Passivo Financeiro	R\$	812.760,67
- Superávit Financeiro	R\$	26.716.832,77

**4.2.5 – Demonstração das Variações Patrimoniais**

Variação Patrimonial Aumentativa	R\$	76.322.898,15
Variação Patrimonial Diminutiva	R\$	60.305.905,52
Resultado Patrimonial do Exercício	R\$	16.016.992,63

**4.2.6 – Demonstração da Dívida Pública**

**Movimentação da dívida Fundada**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- Saldo exercício anterior	R\$	1.768.021,38
- (-) Baixa Parcelamento INSS	R\$	448.367,64
- (+) Inscrição (Operação de Crédito-Banestes)	R\$	224.183,82
- (+) Inscrição Precatório	R\$	25.330,95
- (-) Baixa de precatório	R\$	670.257,33
- (-) Saldo p/ exercício seguinte	R\$	898.911,18

**5. LIMITES CONSTITUCIONAIS**

**5.1. Aplicação em ações e Serviços Públicos da Saúde**

A emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 determina o percentual mínimo de 15% a serem aplicados pelo município nas ações e serviços públicos de saúde, do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

<u>Especificação Receita</u>	<u>Receita Realizada (R\$)</u>
- <b>Receita de impostos</b>	2.664.133,85
- Imposto Predial e territorial urbano	236.755,66
- Imposto s/ transmissão de bens Intervivos – ITBI	247.648,72
- Imposto s/ serviço (ISS)	1.205.327,42
- Imposto de renda retido Fonte	974.402,05
- <b>Receita de transferência Constitucional</b>	33.454.477,18
- Cota parte FPM	15.942.483,50
- Cota parte ITR	45.638,55
- Cota parte IPVA	1.014.399,31
- Cota parte ICMS	16.242.641,32
- Cota parte IPI (exportação)	200.438,06
- Outras Compensações	8.876,44
- <b>Total das receitas</b>	<b>36.118.611,03</b>
<b>15% (mínimo)</b>	<b>5.417.791,65</b>
- <b>Total das Despesas com ações e serviços de saúde (Empenhada)</b>	<b>6.653.204,51</b>
<b>% aplicado</b>	<b>18,22</b>
<b>% aplicado a maior</b>	<b>3,42</b>

**5.2 - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**Receitas para apuração da aplicação na manutenção e desenvolvimento do Ensino**

<b><u>Especificação</u></b>	<b><u>Receita Realizada (R\$)</u></b>
- Receita de impostos	2.664.133,85
- Imposto Predial e territorial urbano	236.755,66
- Imposto s/ transmissão de bens Intervivos – ITBI	247.648,72
- Imposto s/ serviço (ISS)	1.205.327,42
- Imposto de renda retido Fonte	974.402,05
- Receita de transferência Constitucional	35.100.303,94
- Cota parte FPM	17.588.310,26
- Cota parte ITR	45.638,55
- Cota parte IPVA	1.014.399,31
- Cota parte ICMS	16.242.640,32
- Cota parte IPI (exportação)	200.438,06
- Compensação Financeira	8.876,44
<b>- Total das receitas</b>	<b>37.764.437,79</b>
- Transferências de recursos Fundeb	11.317.043,34
<b>- Rend. Aplicação de FUNDEB</b>	<b><u>173.311,56</u></b>
<b>- Total</b>	

**Demonstração da Despesa Líquida da Manutenção e desenvolvimento do ensino**  
**Despesa Líquida com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

- Na metodologia do TCE-ES	R\$	9.644.261,21
<b>Percentual Aplicado no Ensino</b>		
- Na metodologia do TCE-ES	%	25,54%

Quanto aos gastos mínimos com pagamento dos profissionais do magistério os percentuais aplicadas são:

- Receita do FUNDEB (Base de Cálculo)	R\$	11.149.108,20
- Rend. De aplicação	R\$	<u>173.311,56</u>
<b>- Total</b>	<b>R\$</b>	<b>11.322.419,76</b>
<b>- Total das despesas c/ magistério</b>	<b>R\$</b>	<b>8.175.641,97</b>
<b>- % Aplicado</b>	<b>%</b>	<b>72,21</b>

Portanto, nesse item o município, gastou 2,21 % a mais que o limite mínimo exigido.

**5.3 - DESPESA COM PESSOAL**

**Poder Executivo**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- Despesa Total com Pessoal	R\$	20.223.036,44
- Receita Corrente Líquida	R\$	56.496.175,33
- % aplicado	%	35,80%

O Poder executivo cumpriu a norma contida no artigo 20, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar 101/2000. Também ficou abaixo do limite prudencial que é 51,30% e limite de alerta que é 48,60% da RCL.

**5.4 - Limite Constitucional do Poder Legislativo**

Receita tributária e transferências constitucionais do exercício anterior.

- Receita Total 2023	R\$	32.604.884,25
- 7% (limite a ser repassado)	R\$	2.282.341,90
- Valor repassado	R\$	2.282.341,90
- Percentual Repassado	%	7 %

**5.5 – Alienação de Ativos**

Saldo de Exercícios anteriores	R\$	1.740.209,24
Recursos de alienação de Ativos	R\$	938.100,00
Rendimentos de Aplicação	R\$	150.045,34
Recursos aplicados em 2024	R\$	1.935.036,34
Saldo financeiro a aplicar	R\$	893.318,24

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES, referente ao exercício de 2024, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público. Portanto, a Prestação de Contas está em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Somos de parecer favorável pela aprovação das contas prestadas do exercício de 2024.

**6. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos as peças que compõem a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **UELIKSON BOONE** relativa ao exercício de 2024, em nossas observações não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2024 quando



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

da aplicação das técnicas na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame, apresentam **REGULARES** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão, no exercício a que se refere, tendo por base os resultados do acompanhamento consubstanciado no relatório dessa Controladoria. Somos pela regularidade da gestão praticada.

Vila Pavão/ES, 26 de março de 2025.

**Ailto dos Santos Souza**

Controlador Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO**

## **CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

### **ANEXO III**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68, DE 08 DE  
DEZEMBRO DE 2020**

**CÓD. RELUCI**

**TABELA REFERENCIAL 1**





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO

### RELATÓRIO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno de Vila Pavão/ES

**Entidade:** Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de Vila Pavão/ES

**Gestor responsável:** Elaine Maria Trancoso

**Exercício:** 2024

#### 1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

#### 2. Procedimentos de controle adotados pela Unidade Central do Controle Interno.

Por meio do Sistema da E&L, foi realizada análise de consistência no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais.

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2.	Despesa –	Lei	Auditoria	Avaliar se foram realizadas	Processos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	realização sem prévio empenho	4.320/1964, art. 60.	Governamenta l de conformidade	despesas sem emissão de prévio empenho.	de Licitação
--	----------------------------------	-------------------------	--------------------------------------	--	-----------------

**1.3. Gestão Patrimonial**

<b>Códig o</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procediment o Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativo s)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Inventário Anual de Bens Moveis e Imóveis
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamenta l de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Demonstrat ivo Analítico das Entradas de Bens Moveis
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Termo de Verificação das disponibilid ades e Extratos de Aplicações Financeiras
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativo s)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Extratos de Aplicações Financeiras

**1.5. Demais Atos de Gestão**

<b>Códig o</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procediment o Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicáv el à</b>
1.5.1.	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamenta dora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Sim
1.5.2.	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37	Auditoria governamental de	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização,	Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			conformidade	aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	
<b>2. Itens de abordagem complementar</b>					
<b>2.2. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procedimento Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
2.2.10.	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Lei Municipal nº 1.525 (LOA)
2.2.18.	Realização de investimentos plurianuais	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram iniciados investimentos cujas execuções ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Lei Municipal nº 1.330/2021 (PPA)
2.2.24.	Escrituração e consolidação das contas públicas	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade e NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Balancetes Contábil
2.2.28.	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Relatórios do Sistema da E&L
2.2.30.	Despesa – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Não houve pagamento sem empenho
2.2.32.	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não houve pagamento sem empenho
<b>2.6. Demais atos de gestão</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procedimento Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
2.6.3.	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei Municipal 268/2000 e alterações



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2.6.4.	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Folha de Pagamento
2.6.6.	Dispensa e inexistência de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Processos Licitatórios

### 3. Constatações e proposições

Não foram constatadas irregularidades no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas de auditoria na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análise de conformidade, constantes na Tabela Referencial 1 do Anexo III da INSTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020, somente os pontos que estão elencados na tabela foram selecionados pela auditoria interna.

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta Unidade Central de Controle Interno no ano de 2024.

### 4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

#### 4.1. Aspectos Orçamentários

##### 4.1.1. Do Orçamento

##### 4.1.2. Gestão Orçamentária

A LOA (Lei Orçamentária Anual) nº 1.525/2023 estimou a receita orçamentária em R\$ 2.076.810,62 (Dois Milhões, Setenta e Seis Mil, Oitocentos e Dez Reais e Sessenta e Dois Centavos) e fixou a despesa do Fundo Municipal de Saúde em R\$ 8.569.560,76 (Oito Milhões, Quinhentos e Sessenta e Nove Mil, Quinhentos e Sessenta Reais e Setenta e Seis Centavos), no decorrer do exercício os valores foram atualizados através de autorizações legislativas que ao final do exercício estava em R\$ 12.694.816,61 (Doze Milhões, Seiscentos e Noventa e Quatro Mil, Oitocentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Um Centavos), sendo que as alterações ocorreram conforme o seguinte desdobramento:

- Crédito Adicional Suplementar por Anulação parcial:		
- Anulação da Própria UG	R\$	7.321.639,46
- Anulação de Outra UG	R\$	964.011,16
- TOTAL	R\$	8.285.650,62



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

As fontes de recursos que deram suporte aos referidos acréscimos ao orçamento foram as seguintes:

- Rec. Convênio	R\$	304.291,97
- Excesso de arrecadação	R\$	1.146.397,17
- Superávit Financeiro	R\$	1.710.555,55
- Anulação de Outra UG	R\$	964.011,16
- TOTAL	R\$	4.125.255,85

#### 4.2. Da Execução da Receita

O Fundo Municipal de Saúde em 2024 recebeu de receita orçamentária o total de R\$ 5.406.614,27 (Cinco Milhões, Quatrocentos e Seis Mil, Seiscentos e Quatorze Reais e Vinte e Sete Centavos), conforme discriminação abaixo:

a) Receita Orçamentária

Transferências de recursos do SUS Federal;

Atenção Primária	R\$	2.353.948,26
Atenção Especializada	R\$	243.169,17
Vigilância sanitária	R\$	48.690,95
Vigilância em Saúde	R\$	18.685,58
Assistência Farmacêutica	R\$	88.011,12
Emendas Parlamentares	R\$	700.000,00
Outros recursos Fundo a Fundo	R\$	133.915,35
Piso Enfermagem	R\$	188.246,25
Agente de Saúde	R\$	844.799,60
Agente Combate endemias	R\$	125.706,40
SOMA	R\$	4.745.172,68

Transferência de Recursos do Estado

Farmácia Básica	R\$	27.624,00
SAMU	R\$	46.090,59
Transferência Estado – Convênio	R\$	10.000,00
Transferência Combate Dengue	R\$	-----
SOMA	R\$	83.714,59

**Receitas 15% Saúde**

Imposto Renda	R\$	0,87
---------------	-----	------

Alienação de Bens Móveis	R\$	254.600,00
--------------------------	-----	------------

Rendimentos de Aplicações	R\$	323.126,13
---------------------------	-----	------------

<b>Soma da Receita Orçamentária</b>	<b>R\$</b>	<b>5.406.614,27</b>
-------------------------------------	------------	---------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

b) Repasse da Prefeitura Municipal

Repasse da Prefeitura	R\$	6.664.928,96
-----------------------	-----	--------------

c) Receita Extra Orçamentária

Receita Extra Orçamentária	R\$	1.257.806,24
----------------------------	-----	--------------

<b>Total da Receita (a+b+c)</b>	<b>R\$</b>	<b>13.907.076,47</b>
---------------------------------	------------	----------------------

**1.3 – Da Execução da Despesa**

**1.3.1 – Montante dos recursos aplicados na execução dos programas previstos na LOA (Lei Orçamentária Anual):**

<b>Código/Programa</b>	<b>Programado</b>	<b>Executado</b>	<b>Diferença</b>
005 – Apoio Administrativo	25.000,00	3.187,50	- 21.812,50
023 – Atendimento as Ações Básicas de Saúde	5.357.910,76	6.809.796,04	+ 1.451.885,28
024 – Programa Saúde da Família	159.100,00	537.000,52	+ 377.900,52
025 – Agente Comunitário de Saúde	610.750,00	1.124.712,79	+ 513.962,79
026 – MAC	200.200,00	-----	- 200.200,00
028 – Farmácia Básica	102.700,00	51.280,92	- 51.419,08
029 – Vigilância Sanitária	47.600,00	27.281,00	- 20.319,00
030 – Saúde Bucal	49.500,00	65.035,25	+ 15.535,25
031 – Outros Programas do SUS	1.328.300,00	2.046.333,56	+ 718.033,56
141 – Vigilância Epidemiológica	122.500,00	212.246,09	+ 89.746,09
146 – CIM Noroeste	446.500,00	1.297.971,42	+ 851.471,42
147 – Atendimento Ambulatorial	119.500,00	313.077,53	+ 193.577,93
<b>TOTAL</b>	<b>8.569.560,76</b>	<b>12.487.923,02</b>	<b>+ 3.918.362,26</b>

-

**1.3.2 – Resumo da Despesa Executada**

Despesa empenhada	R\$	12.487.923,02
Despesa Liquidada	R\$	12.416.073,44
Despesa Paga	R\$	12.331.750,89
Restos a Pagar do Exercício (processados)	R\$	84.322,55
Restos a Pagar do Exercício (Não processados)	R\$	71.849,58

**1.3.3 – Despesas por categoria e Grupos de Despesas**

1 – DESPESAS CORRENTES	R\$	10.784.517,68
Pessoal e Encargos	R\$	4.271.498,41
Outras Despesas Correntes	R\$	6.513.019,27
2 – DESPESA DE CAPITAL	R\$	1.703.405,34
Investimentos	R\$	1.703.405,34





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>12.487,923,02</b>

**1.3.4 – Alienação de Ativos**

Saldo Exercício anterior	R\$	441.838,37
Recurso de Alienação de Bens	R\$	254.600,00
Rendimento de aplicação	R\$	29.362,40
Recursos Aplicados em 2024	R\$	172.576,41
Saldo a aplicar	R\$	553.224,36

**4.3.4 - Aplicação em ações e Serviços Públicos da Saúde**

A emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 determina o percentual mínimo de 15% a serem aplicados pelo município nas ações e serviços públicos de saúde, do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

<b>Especificação Receita</b>	<b>Receita Realizada (R\$)</b>
<b>- Receita de impostos</b>	<b>2.664.133,85</b>
- Imposto Predial e territorial urbano	236.755,66
- Imposto s/ transmissão de bens Intervivos – ITBI	247.648,72
- Imposto s/ serviço (ISS)	1.205.327,42
- Imposto de renda retido Fonte	974.402,05
<b>- Receita de transferência Constitucional</b>	<b>33.454.477,18</b>
- Cota parte FPM	15.942.483,50
- Cota parte ITR	45.638,55
- Cota parte IPVA	1.014.399,31
- Cota parte ICMS	16.242.641,32
- Cota parte IPI (exportação)	200.438,06
- Outras transferências Comp. Financeira	8.876,44
<b>- Total das receitas</b>	<b>36.118.611,03</b>
<b>15% (mínimo)</b>	<b>5.417.791,65</b>
<b>- Total das Despesas com ações e serviços de saúde</b>	<b>6.653.204,51</b>
<b>% aplicado</b>	<b>18,42</b>

**4.4. Gestão Financeira**

A gestão Financeira, evidenciada no balanço financeiro, compreende a execução das receitas orçamentária, bem como os recebimentos e pagamento de natureza extra orçamentária, que, resultará no saldo de exercício seguinte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**Balanço Financeiro (Fundo)**

- Saldo Exercício Anterior	R\$	5.019.060,92
- Receita Orçamentária	R\$	5.406.614,27
- Repasse Recebido	R\$	6.664.928,96
- Recebimento Extra Orçamentários	R\$	1.257.806,24
- Despesas Orçamentárias	R\$	12.487.923,02
- Pagamentos Extra Orçamentários	R\$	1.376.479,67
- Devolução transf. Recebidas	R\$	-----
- Saldo p/ exercício seguinte	R\$	4.484.007,70

**4.5. Gestão Patrimonial**

As alterações quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público, provocam alterações nos elementos patrimoniais, refletindo em resultados aumentativos ou diminutivos no patrimônio líquido.

**4.5.1. Balanço Patrimonial**

**Ativo Circulante**

Caixa e Equivalentes	R\$	4.484.007,70
Demais Créditos e valores a curto prazo	R\$	369.414,18
Estoques	R\$	312.521,35
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>5.165.943,23</b>

**Ativo Não Circulante**

Bens Móveis	R\$	2.750.791,62
(-) Depreciação de Bens Móveis	R\$	- 1.495.098,52
Bens Imóveis	R\$	3.735.172,42
(-) Depreciação de Bens Imóveis	R\$	107.185,16
Participação, Avaliação P/ Método Equivalência Patrimonial	R\$	559.240,55
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>5.442.920,91</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>R\$</b>	<b>10.608.864,14</b>

**Passivo Circulante**

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo	R\$	349.134,94
Fornecedores e Contas a Pagar a curto		





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

prazo	R\$	57.523,53
Demais obrigações a curto prazo	R\$	85.548,32
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	<b>492.206,79</b>

**Resultados Acumulados**

Superávit ou déficit no exercício	R\$	1.155.669,56
Superávit de exercício anterior	R\$	8.970.427,79
Ajuste exercício anterior	R\$	- 9.440,00
<b>Soma</b>	<b>R\$</b>	
<b>Total do Passivo</b>	<b>R\$</b>	<b>10.608.864,14</b>

**4.6. Demonstrações das Variações Patrimoniais**

A demonstração das variações patrimoniais (DVP) evidencia um resultado patrimonial superavitário no valor de R\$ 1.155.669,56 (Hum Milhão, Cento e Cinquenta e Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Nove Reais e Cinquenta e Seis Centavos). Dessa forma, o resultado das variações patrimoniais quantitativas refletiu positivamente no patrimônio do Fundo.

Na tabela seguinte, evidencia-se, sinteticamente, as variações quantitativas ocorridas no patrimônio.

**Síntese da DVP**

- Variações Patrimoniais aumentativas	R\$	12.172.353,36
- Variações Patrimoniais diminutivas	R\$	11.016.683,80
- Resultado Patrimonial do período	R\$	1.155.669,56

**Resultado Patrimonial do Período**

Em 2024 foi apresentado resultado negativo no final do exercício, superávit de R\$ 1.155.669,56 (Hum Milhão Cento e Cinquenta e Cinco Mil, Seiscentos e Noventa e Nove Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

**4. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Após examinarmos a **Prestação de Contas Anual** elaborada sob a responsabilidade da Sr<sup>a</sup>. **Elaine Maria Trancoso**, relativa ao exercício de 2024, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

prestação de contas sob exame, apresentam **REGULARES** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão, no exercício a que se refere, tendo por base os resultados do acompanhamento consubstanciado no relatório dessa Controladoria. Somos pela regularidade da Gestão praticada.

Vila Pavão/ES, 21 de março de 2025.

**Equipe de Elaboração:**

**Ailto dos Santos Souza**

Controlador Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO**

## **CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **ANEXO III**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA TC Nº 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020**

### **CÓD. RELUCI**

### **TABELA REFERENCIAL 1**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO  
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno de Vila Pavão/ES

**Entidade:** Fundo Municipal de Assistência Social/Secretaria Municipal de Assistência Social de Vila Pavão/ES

**Gestor responsável:** Ademir Teixeira Maria

**Exercício:** 2024

**1. Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

**2. Procedimentos de controle adotados pela Unidade Central do Controle Interno.**

Por meio do Sistema da E&L, foi realizada análise de consistência no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais.

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2.	Despesa –	Lei	Auditoria	Avaliar se foram realizadas	Processos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	realização sem prévio empenho	4.320/1964, art. 60.	Governamenta I de conformidade	despesas sem emissão de prévio empenho.	de Licitação
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>					
<b>Códig o</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procediment o Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativo s)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Inventário Anual de Bens Moveis e Imóveis
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamenta I de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Demonstrat ivo Analístico das Entradas de Bens Moveis
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Termo de Verificação das disponibilid ades e Extratos de Aplicações Financeiras
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativo s)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Extratos de Aplicações Financeiras
<b>1.5. Demais Atos de Gestão</b>					
<b>Códig o</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procediment o Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
1.5.1.	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamenta dora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Sim
1.5.2.	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

<b>2. Itens de abordagem complementar</b>					
<b>2.2. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procedimento Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
2.2.10.	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Lei Municipal nº 1.525/2023 (LOA)
2.2.18.	Realização de investimentos plurianuais	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram iniciados investimentos cujas execuções ultrapassem um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Lei Municipal nº 1.330/2021 (PPA)
2.2.24.	Escrituração e consolidação das contas públicas	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade e NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Balancete Contábil
2.2.28.	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Relatórios do Sistema da E&L
2.2.30.	Despesa – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Não houve pagamento sem empenho
2.2.32.	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não houve pagamento sem empenho
<b>2.6. Demais atos de gestão</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procedimento Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
2.6.3.	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei Municipal 268/2000 e alterações
2.6.4.	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37,	Auditoria governamental	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao	Folha de Pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

		inciso XI.	de conformidade	órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	
2.6.6.	Dispensa e inexistência de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Processos Licitatórios

### 3. Constatções e proposições

Não foram constatadas irregularidades no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas de auditoria na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análise de conformidade, constantes na Tabela Referencial 1 do Anexo III da INSTRUÇÃO NORMATIVA TC Nº 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020, somente os pontos que estão elencados na tabela foram selecionados pela auditoria interna.

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta Unidade Central de Controle Interno no ano de 2024.

### 4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

#### 4.1. Aspectos Orçamentários

No que tange à execução orçamentária relativa ao exercício de 2024, destacamos que o valor aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual Nº 1.525/2023 fixou a despesa para a Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Vila Pavão-ES em R\$ 1.758.628,03. No decorrer do exercício o limite estabelecido na lei orçamentária foi devidamente observado. As despesas executadas somaram um total de R\$ 2.380.128,65.

#### 4.2. Aspectos Financeiros

Código/Programa	Programado	Executado	Diferença
<b>Sec Mun. De Assist. Social</b>			
005 – Apoio Administrativo	718.075,00	718.493,86	+ 418,86
056 – Benefícios Eventuais	62.400,00	31.844,03	- 30.555,97
057 – Proteção Social Básica	313.500,00	1.165.069,13	+ 851.569,13
157 – PAC -1	135.500,00	178.740,53	+ 43.240,53
158 – IGD	49.300,00	31.240,40	- 18.059,60
061 – Gestão do SUAS	14.500,00	800,00	- 13.700,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

159 – Gestão de Assistência Social	155.303,03	80.366,00	- 74.937,03
161 – Proteção Social Especial – Média Complexidade	11.600,00	-----	11.600,00
117 – Conselho Mun. Assist. Social	6.900,00	-----	- 6.900,00
137 – Proteção Social Especial	273.500,00	173.574,70	- 99.925,30
160 – Habitacional e Interesse Social	-----	-----	-----
162 – Proteção Social Especial – Alta Complexidade	1.200,00	-----	- 1.200,00
0156 – Atendimento a Criança e Adolescente	16.850,00	-----	- 16.850,00
<b>Soma</b>	<b>1.758.628,03</b>	<b>2.380.128,65</b>	<b>+ 621.500,62</b>

## 5. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Após examinarmos a **Prestação de Contas Anual** elaborada sob a responsabilidade do **Sr. Ademir Teixeira Maria**, relativa ao exercício de 2024, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame apresentam **regulares** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão, no exercício a que se refere, tendo por base os resultados do acompanhamento consubstanciado no relatório dessa Controladoria. Somos pela regularidade da Gestão praticada.

Vila Pavão/ES, 24 de março de 2025.

**Ailto dos Santos Souza**

Controlador Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO**

## **CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **ANEXO III**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020**

### **CÓD. RELUCI**

### **TABELA REFERENCIAL 1**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO

### RELATÓRIO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno de Vila Pavão/ES

**Entidade:** Fundo Municipal de Educação/Secretaria Municipal de Educação de Vila Pavão/ES

**Gestor responsável:** Kedima Boone Rodrigues

**Exercício:** 2024

#### 1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

#### 2. Procedimentos de controle adotados pela Unidade Central do Controle Interno.

Por meio do Sistema da E&L, foi realizada análise de consistência no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais.

<b>1. Itens de abordagem prioritária</b>
<b>1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2.	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Processos de Licitação
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Inventário Anual de Bens Moveis e Imóveis
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Demonstrativo Analítico das Entradas de Bens Moveis
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Termo de Verificação das disponibilidades e Extratos de Aplicações Financeiras
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Extratos de Aplicações Financeiras
<b>1.5. Demais Atos de Gestão</b>					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.5.1.	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

1.5.2.	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Sim
--------	------------------------	------------------	---	--	-----

**2. Itens de abordagem complementar**

**2.2. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA**

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.2.10.	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Lei Municipal nº 1.525/2023 (LOA)
2.2.18.	Realização de investimentos plurianuais	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram iniciados investimentos cujas execuções ultrapassem um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Lei Municipal nº 1.330/2021 (PPA)
2.2.24.	Escrituração e consolidação das contas públicas	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade e NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Balancetes Contábil
2.2.28.	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Relatórios do Sistema da E&L
2.2.30.	Despesa – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Não houve pagamento sem empenho
2.2.32.	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não houve pagamento sem empenho

**2.6. Demais atos de gestão**

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.3.	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao	Lei Municipal 268/2000 e alterações



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

				atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	
2.6.4.	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Folha de Pagamento
2.6.6.	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Processos Licitatórios

### 3. Constatações e proposições

Não foram constatadas irregularidades no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas de auditoria na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análise de conformidade, constantes na Tabela Referencial 1 do Anexo III da INSTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020, somente os pontos que estão elencados na tabela foram selecionados pela auditoria interna.

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta Unidade Central de Controle Interno no ano de 2024.

### 4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

#### 4.1. Aspectos Orçamentários

No que tange a execução orçamentária relativa ao exercício de 2023, destacamos que o valor aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual N° 1.525/2023 fixou a despesa para a Secretaria Municipal de Educação do município de Vila Pavão-ES em R\$ **12.798.185,15**. No decorrer do exercício o limite estabelecido na lei orçamentária foi devidamente observado. As despesas executadas somaram um total de R\$ **22.009.728,51**.

#### 4.2. Aspectos Financeiros



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Código/Programa	Programado	Executado	Diferença
<b>Sec Mun. De Educação</b>			
005 – Apoio Administrativo	2.424.575,00	1.659.322,22	- 765.252,78
015 – Programa Merenda Escolar	391.800,00	735.628,20	+ 343.828,20
016 – Programa Transporte Escolar	790.150,00	4.420.790,13	+ 3.630.640,13
017 – Programa Dinheiro Direto na Escola	30.000,00	135.400,00	+ 105.400,00
018 – Salário Educação	285.950,00	139.634,42	- 146.315,58
019 – Ensino Regular	6.476.910,15	11.905.650,75	+ 5.428.740,60
088 – Outros Programas FNDE	4.400,00	14.811,30	+ 10.411,30
143 – Ensino Infantil	2.317.000,00	2.648.320,03	+ 331.320,03
155 – Programa da Educação da Criança Especial	77.400,00	350.171,46	+ 272.771,46
<b>Soma</b>	<b>12.798.185,15</b>	<b>22.009.728,51</b>	<b>+ 9.211.543,36</b>

**Receitas para apuração da aplicação na manutenção e desenvolvimento do Ensino**

<u>Especificação</u>	<u>Receita Realizada (R\$)</u>
- Receita de impostos	2.664.133,85
- Imposto Predial e territorial urbano	236.755,66
- Imposto s/ transmissão de bens Intervivos – ITBI	247.648,72
- Imposto s/ serviço (ISS)	1.205.327,42
- Imposto de renda retido Fonte	974.402,05
- Receita de transferência Constitucional	35.100.303,94
- Cota parte FPM	17.588.310,26
- Cota parte ITR	45.638,55
- Cota parte IPVA	1.014.399,31
- Cota parte ICMS	16.242.640,32
- Cota parte IPI (exportação)	200.438,06
- Compensação Financeira	8.876,44
<b>- Total das receitas</b>	<b>37.764.437,79</b>
<b>- Transferências de recursos Fundeb</b>	<b>11.317.043,34</b>
<b>- Rend. Aplicação de FUNDEB</b>	<b>173.311,56</b>
<b>- Total</b>	

**Demonstração da Despesa Líquida da Manutenção e desenvolvimento do ensino**

**Despesa Líquida com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

- Na metodologia do TCE-ES	R\$	9.644.261,21
----------------------------	-----	--------------

**Percentual Aplicado no Ensino**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- Na metodologia do TCE-ES	%	25,54%
----------------------------	---	--------

Quanto aos gastos mínimos com pagamento dos profissionais do magistério os percentuais aplicadas são:

- Receita do FUNDEB (Base de Cálculo)	R\$	11.149.108,20
- Rend. De aplicação	R\$	173.311,56
- <b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>11.322.419,76</b>
- <b>Total das despesas c/ magistério</b>	<b>R\$</b>	<b>8.175.641,97</b>
- <b>% Aplicado</b>	<b>%</b>	<b>72,21</b>

Portanto, nesse item o município, gastou 2,21 % a mais que o limite mínimo exigido.

## 5. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Após examinarmos a **Prestação de Contas Anual** elaborada sob a responsabilidade da Sra. **Kedima Boone Rodrigues**, relativa ao exercício de 2024, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame, apresentam **regulares** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão, no exercício a que se refere, tendo por base os resultados do acompanhamento consubstanciado no relatório dessa Controladoria. Somos pela regularidade da Gestão praticada.

Vila Pavão/ES, 26 de março de 2024.

### Equipe de Elaboração:

**Ailto dos Santos Souza**

Controlador Interno





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO**

## **CONTAS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - FDM**

### **ANEXO III**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020**

### **CÓD. RELUCI**

### **TABELA 1**





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO

### RELATÓRIO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno de Vila Pavão/ES

**Entidade:** Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM

**Gestor responsável:** Valdecir Berger

**Exercício:** 2024

#### 1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

#### 2. Procedimentos de controle adotados pela Unidade Central do Controle Interno.

Por meio do Sistema da E&L, foi realizada análise de consistência no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais.

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2.	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Processos de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			conformidade		
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procedimento Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Inventário Anual de Bens Moveis e Imóveis
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Demonstrativo Analítico das Entradas de Bens Moveis
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Termo de Verificação das disponibilidades e Extratos de Aplicações Financeiras
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Extratos de Aplicações Financeiras
<b>1.5. Demais Atos de Gestão</b>					
<b>Código</b>	<b>Ponto de Controle</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Tipo de Procedimento Sugerido</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Aplicável à</b>
1.5.1.	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Sim
1.5.2.	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Sim
<b>2. Itens de abordagem complementar</b>					



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**2.2. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA**

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.2.10.	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Lei Municipal nº 1.525/2023 (LOA)
2.2.18.	Realização de investimentos plurianuais	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram iniciados investimentos cujas execuções ultrapassem um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Lei Municipal nº 1.330/2021 (PPA)
2.2.24.	Escrituração e consolidação das contas públicas	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade e NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Balancete Contábil
2.2.28.	Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Relatórios do Sistema da E&L
2.2.30.	Despesa - realização de despesas - irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Não houve pagamento sem empenho
2.2.32.	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não houve pagamento sem empenho

**2.6. Demais atos de gestão**

Código	Ponto de Controle	Base Legal	Tipo de Procedimento Sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.3.	Pessoal - contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei Municipal 268/2000 e alterações (não houve)
2.6.4.	Pessoal - teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no	Folha de Pagamento (não



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			conformidade	artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	houve)
2.6.6.	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Processos Licitação

### 3. Constatações e proposições

Não foram constatadas irregularidades no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas de auditoria na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análise de conformidade, constantes na Tabela Referencial 1 do Anexo III da INSTRUÇÃO NORMATIVA TC N° 68, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020, somente os pontos que estão elencados na tabela foram selecionados pela auditoria interna.

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta Unidade Central de Controle Interno no ano de 2024.

### 4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Após examinarmos a **Prestação de Contas Anual** elaborada sob a responsabilidade do Sr. **Valdeci Berger**, relativa ao exercício de 2024, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2024 quando da aplicação das técnicas na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame, apresentam **regulares** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão, no exercício a que se refere, tendo por base os resultados do acompanhamento consubstanciado no relatório dessa Controladoria. Somos pela regularidade da Gestão praticada.

Vila Pavão/ES, 25 de março de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**Ailto dos Santos Souza**

Controlador Interno